

Editorial.....	9
----------------	---

DOCTRINA

ARTIGOS

Un *meeting point* de los ordenamientos jurídicos sobre contratación pública

José Luis Meilán Gil	13
I Planteamiento	13
II El itinerario de la investigación.....	15
1 Acto y contrato.....	15
III Alternativas de los ordenamientos jurídicos.....	21
1 La configuración del contrato administrativo: el paradigma francés	21
2 La orientación alemana	23
3 El <i>common law</i>	23
IV Reconstrucción de la categoría contractual.....	26
V El test del derecho de la Unión Europea	32
VI A la búsqueda de un <i>meeting point</i> en la contratación pública	37
VII La contratación pública como estrategia política.....	40
Referencias	41

Os grandes traços do direito administrativo no século XXI

José Manuel Sérvulo Correia	45
--	----

Instrumentos de la lucha contra la corrupción en Colombia: de la *ultima ratio* a la ausencia de razón

Andrés Fernando Ospina Garzón	67
1 Introducción.....	67
2 Perseguir.....	72
2.1 La investigación de los actos de corrupción.....	72
2.2 La sanción penal de la corrupción	73
2.3 La sanción administrativa de la corrupción	75
3 Revertir	75
3.1 Parte civil y extinción de dominio	76
3.2 La responsabilidad fiscal	77
3.3 La acción de repetición y el llamamiento en garantía con fines de repetición.....	78
4 Prevenir.....	79
4.1 El acceso a la función y al contrato.....	79
4.2 El procedimiento administrativo anticorrupción	82
4.3 La política pública anticorrupción.....	87
5 Conclusión	88
Referencias	89

Regulação administrativa e os principais vieses		
Juarez Freitas	93
1	Introdução	93
2	Regulação constitucionalmente orientada	94
3	Conclusões	102
	Referências	103
Estado Social, legitimidade democrática e o controle de políticas públicas pelo Supremo Tribunal Federal		
José Luis Bolzan de Moraes, Guilherme Valle Brum	107
	Introdução	107
1	Interrogações sobre o Estado Social no contexto da teoria do Estado moderna: seus limites e possibilidades	109
2	A legitimidade por reflexividade em Pierre Rosanvallon	115
3	A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre controle de políticas públicas: "Constituição sem Estado" e déficit de legitimidade	122
	Conclusão	133
	Referências	134
O reflexo das crises interconectadas do Estado contemporâneo na transformação dos direitos humanos fundamentais sociais		
Yuri Schneider, Rogério Luiz Nery da Silva	137
1	Notas introdutórias	138
2	Crises interconectadas do Estado: conceitual, estrutural, constitucional (institucional), funcional e política	141
3	Direitos sociais fundamentais(?) As dificuldades de estabelecimento e assecuração dos direitos sociais como direitos humanos fundamentais sociais, essenciais para a eficácia dos princípios da dignidade da pessoa humana e do princípio constitucional da igualdade, frente a um processo incessante de globalização com plataforma neoliberal	152
4	Considerações finais	162
	Referências	163
Edifícios públicos sustentáveis: discricionariedade administrativa ou dever constitucional e legal?		
Carlos Augusto Alcântara Machado, Augusto César Leite de Resende	165
1	Introdução	165
2	Desenvolvimento sustentável	166
3	Direito fundamental ao desenvolvimento sustentável	171
4	Edificações públicas sustentáveis	175
5	Considerações finais	182
	Referências	183
A autonomia ético-existencial do adolescente nas decisões sobre o próprio corpo e a heteronomia dos pais e do Estado no Brasil		
Joyceane Bezerra de Menezes, Renata Vilela Multedo	187
1	Introdução	188
2	A pessoa adolescente como sujeito de direitos fundamentais e o aspecto funcional do <i>poder familiar</i> sob o tom da família democrática	190

3	A autonomia ético-existencial do adolescente e a heteronomia dos pais e do Estado: o difícil preenchimento do conteúdo do melhor interesse	194
4	O problema da aferição do discernimento e os critérios para balizar a autonomia do adolescente	199
5	A autodeterminação do adolescente nas questões relativas ao corpo	200
5.1	Cirurgias plásticas estéticas	201
5.2	Doação de órgãos ou tecidos do próprio corpo em vida.....	202
5.3	Redesignação sexual e hormonioterapia em adolescentes com transtorno de identidade de gênero.....	203
5.4	Tatuagens	205
6	Conclusão	206
	Referências	208

A juridicidade do Estado-administração na concretização de políticas públicas
de saúde – Um método para a justificação da eficácia horizontal dos direitos
fundamentais

Sandro Lucio Dezan, Samuel Meira Brasil Jr.	211	
1	A identificação de vinculação da Administração Pública a ações de políticas sociais de saúde	213
2	A legalidade e a juridicidade nas ações de políticas públicas de saúde	217
2.1	A lei como instrumento da Administração Pública	217
2.2	Os princípios de direito como instrumentos normativos da Administração Pública na concreção de políticas sociais	218
2.2.1	A legalidade e a juridicidade administrativa nas ações de políticas públicas sociais	220
2.2.2	A legalidade e a juridicidade administrativa e a aplicação direta da proteção à saúde pela Administração Pública	223
3	Os atos <i>administrativos discricionários</i> de proteção à saúde, a juridicidade e a aplicação imediata de direitos fundamentais.....	223
4	Considerações finais	233
	Referências	235

Sobre princípios e regras: uma crítica à teoria dos princípios de Humberto Ávila

Altecir Bertuol Junior	239	
1	Introdução	239
2	Distinção entre princípios e regras	240
2.1	A distinção entre princípios e regras em Ronald Dworkin	240
2.2	A distinção entre princípios e regras em Robert Alexy.....	241
2.3	Outras distinções entre princípios e regras.....	244
2.4	A distinção entre princípios e regras em Humberto Ávila.....	245
2.4.1	Análise crítica dos critérios distintivos existentes	245
2.4.2	Apresentação de novos critérios.....	247
2.5	Análise crítica das ideias de Humberto Ávila.....	248
3	Conclusão	255
	Referências	258

Abstracts	261
-----------------	-----

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES.....	267
---------------------------------	-----